



Argumentum

ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@ufes.br

Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

Redon, Silvio; Christine Santos de Campos, Eliane
Apreensão e análise da realidade: Aproximações ao método em Marx
Argumentum, vol. 13, núm. 2, 2021, Mayo-Agosto, pp. 146-158
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Brasil

DOI: <https://doi.org/argumentum.v13i2.33781>

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475571195014>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto



Apreensão e análise da realidade: aproximações ao método em Marx

The understanding and analysis of reality: approaches to Marx's method

Silvio Redon *

 <https://orcid.org/0000-0002-6163-4846>

Eliane Christine Santos de Campos **

 <https://orcid.org/0000-0002-4435-2783>

Resumo: O método em Marx se evidencia como uma forma de abordagem e apreensão da realidade capaz de considerar suas contradições internas e as relações entre os elementos que a compõe. Esse texto, por meio de uma revisão de literatura pertinente ao tema, tem a intenção de contribuir para sua compreensão, dada sua complexidade e escassa fonte primária. Para tanto, nos valem de priorizar os principais conceitos e categoriais marxianos e oportunizar uma aproximação do movimento analítico marxiano, além de uma breve contextualização teórica de sua elaboração.

Palavras-chave: Análise da realidade. Método em Marx. Abstração.

Abstract: Marx's method is an evident way of approaching and understanding reality and is able to consider its internal contradictions and the relationships between its constituent elements. This text, utilizing a literature review relevant to the theme, is intended to contribute to its understanding, given its complexity and scarce primary sources. To do so, we prioritize the main Marxian concepts and categories, provide opportunities to get close to the Marx's analysis and add a brief theoretical contextualization of its development.

Keywords: Analysis of reality. Method in Marx. Abstraction.

Submetido em: 27/12/2020. Revisado em: 18/2/2021. Aceito em: 22/2/2021.

Introdução

O método de apreensão e análise da realidade em Marx é um ponto, sem dúvida, primordial para o desvelamento da sociedade capitalista em suas particularidades e complexidades. Foi sobre este objeto que o teórico se debruçou por grande parte da sua vida visando, além da sua compreensão, fortalecer uma alternativa societária por meio da superação revolucionária do capital. Por motivos diversos as revoluções que ocorreram nos séculos XIX e XX não conseguiram fazer com que essa possibilidade histórica se concretiza-

* Assistente Social. Mestre em Serviço Social e Política Social. Doutorando do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina. (UEL, Londrina, Brasil). Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380 - Campus Universitário, Londrina (PR), CEP.: 86057-970. E-mail: silviorredonks@hotmail.com

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora titular da Universidade Estadual de Londrina – Departamento de Serviço Social. (UEL, Londrina, Brasil). Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380 - Campus Universitário, Londrina (PR), CEP.: 86057-970. E-mail: elianecampos@uel.br



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

se, o que não invalida seus estudos sobre essa sociabilidade e todas as consequências dessa forma de produção.

Esse artigo tem como objetivo, por meio de revisão de literatura representativa ao tema que contempla, além de títulos de Marx, escritos de autores que convergem com suas ideias, apresentar os elementos centrais que caracterizam e definem o método marxiano, validando-o como a abordagem mais completa quando do estudo da realidade social por entendê-la em sua totalidade, tanto em sua aparência quanto em sua essência. Afinal, como diz Harvey (2018, p. 13), Marx não estudou a sociedade oitocentista, com se toda sua construção analítica estivesse relegada a um momento específico do passado e, portanto, devendo ser superada, mas sim o próprio capital e de como suas leis afetam a vida cotidiana. E o capital continua resistindo, mesmo que “em uma espiral de descontrole”.

O artigo está dividido em dois momentos: primeiro, *Destaques gerais do método marxiano*, em que serão apresentados, em linhas gerais, alguns aspectos para situar o método na produção teórica de Marx, além de considerar o seu contraponto expresso nas formulações da ciência da burguesia, a Economia Política e; *Elementos essenciais do método*, momento em que os esforços se concentram em elencar e elucidar categorias e conceitos que são imprescindíveis para apreender o método marxiano e de que forma este possibilita captar e desvelar as contradições e o movimento do real por meio do processo de abstração. Por fim, uma breve conclusão.

Destaques gerais do método marxiano

Na vasta produção teórica de Karl Marx, um dos momentos de centralidade, e talvez dos mais polêmicos e controversos, se assenta em torno do método que estrutura sua teoria social. Além da complexidade em torno da abordagem do tema, da qual nem mesmo G. Lukács, um dos maiores marxistas de nossa época, ficou imune à crítica¹, essa problemática se adensa pelo fato de Marx não ter se dedicado com afinco à construção e explanação de seu método próprio, com apenas esparsas indicações e considerações diluídas em seus escritos ao longo de sua jornada intelectual². Enfatizamos a importância do texto *O método da economia política*, que compõe a famosa *Introdução à crítica da economia política*, conhecida como *Introdução de 1857*. Escrita entre final de agosto e metade de setembro daquele ano, foi encontrada em 1902 e publicada em 1903 (CASTILHO, 2010). Moraes (2010) afirma que o destaque a essa referência se deve por ela se constituir na “[...] mais longa, densa e sistemática discussão sobre o método na obra de Marx” (MORAES, 2010, p. 103).

Marx tinha como problema central de sua pesquisa, a qual se dedicou por cerca de quatro décadas, “[...] a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista [...]” (NETTO, 2011, p. 17), se

¹ Nos referimos aqui à advertência de Chasin (2009) sobre o descuido de Lukács quanto ao tratamento da teoria das abstrações em suas análises, o que teria comprometido a apreensão desse autor ao marxismo ontológico em relação à captura ideal dos objetos inseridos na realidade. Apesar da correta apreensão da natureza do pensamento marxiano, Lukács teria se atrapalhado na compreensão do método ao vincular de forma demasiada Marx a Hegel.

² As referências de Marx sobre o método encontram-se, especialmente, nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*; na *A Sagrada Família*; na *Miséria da Filosofia*; na *Ideologia Alemã*, em *O Capital*, bem como no *Posfácio* à 2ª edição alemã de *O Capital*; as famosas páginas intituladas *O método da economia política*, constantes dos *Grundrisse* e também na *Introdução geral à crítica da economia política, de 1857* (TONET, 2013, p. 70).

destacando como um pensador que considerou em sua análise elementos primordiais do modo de produção capitalista, como a mercadoria, a exploração, a acumulação de capital e as crises. Depois de um percurso de 15 anos de pesquisa é que o autor desenvolve claramente os elementos centrais de seu método, constante na *Introdução de 1857*. Método, que como destaca Sant’ana e Silva (2013), estrutura sua teoria social, se edificando enquanto um de seus pilares juntamente com a teoria do valor trabalho e a perspectiva da revolução como possibilidade histórica.

Importante nos atermos que não há, na teoria marxiana, a formulação prévia de caminhos indicados a serem fielmente seguidos pelo pensamento no processo de apreensão do objeto e de construção da análise. Igualmente não há a construção de uma teoria geral sobre o conhecimento humano, evidenciando sua origem, possibilidades e limites. Marx traça outro caminho em contraste com arranjos analíticos previamente elaborados e dos quais, acreditava-se, dependia o pleno acesso ao conhecimento verdadeiro, desde que seguidos de forma minuciosa pelo pesquisador. Assunção (2013) pontua que a validação científica de um conhecimento há séculos dependia de “[...] fatores exteriores ao próprio conteúdo, especificamente, ao seguimento de certo número e sequência de procedimentos técnicos” (ASSUNÇÃO, 2013, p. 47). Contudo, a verdade é encontrada no escavar o objeto, na busca pelo conhecimento da sua lógica apreendida em sua forma natural, não de forma imposta.

A partir do século XIX a sociedade burguesa atinge sua plena maturidade, dinamizando o processo histórico e ampliando a capacidade humana em compreender e transformar o mundo. Essa sociabilidade permite, ao mesmo tempo que inibe, a possibilidade da compreensão científica da realidade, visto que a construção do conhecimento é tensionada e influenciada pela divisão de classe³. De um lado, um conhecimento contributo para a reprodução dessa sociedade; de outro, uma teoria crítica que visualiza um radical rompimento societário (TONET, 2013). Quanto ao conhecimento burguês, funcional à legitimidade e vigência dessa sociedade, ele se projeta como uma fragilidade dos teóricos quanto à leitura e compreensão das contradições inerentes ao intenso progresso social característico do século XIX.

Segundo Lukács (1981), essa “decadência ideológica” consubstanciada na evasão da realidade social e assinalando a dissolução do pensamento de G.W. F. Hegel como último grande filósofo burguês, tem início entre os anos de 1820 e 1830 com a decomposição da economia clássica, conjuntura em que a burguesia domina o poder político e a luta de classes se coloca na cena histórica. Tanto nesse momento, como no período clássico da economia política, a preocupação dos pensadores burgueses se fundamentava “[...] nas respostas colocadas pelo desenvolvimento social do capitalismo” (LUKÁCS, 1981, p. 120). Mas, após 1848, a decadência do pensamento burguês atinge um nível mais intenso e evoca uma dominação universal; seu precursor é T. Malthus. Há um rompimento com os economistas clássicos que buscavam a

³ Considerando o conhecimento como mediação para a intervenção na realidade e as classes sociais como seu sujeito fundamental, não basta a posição individual para a produção da verdade no sentido ontológico. Essa tem seu “quantum” determinado pelos interesses de classes em certo momento histórico. Na sociedade capitalistas, burguesia e proletariado põe demandas opostas, dando origens a padrões cognitivos distintos (TONET, 2013).

compreensão do movimento social sem receio dos seus aspectos contraditórios⁴. Se, num primeiro momento, os ideológicos da burguesia enxergavam a realidade sem conseguir apreender adequadamente a complexidade e a essência de suas contradições, tornando-se incapazes de promover uma compreensão fidedigna da necessidade de mudanças sociais, essa situação tornou-se mais grave após a segunda metade do século XIX, quando esses problemas sociais foram banalizados.

A diferença reside ‘apenas’ em que os ideólogos anteriores forneceram uma resposta sincera e científica, mesmo se incompleta e contraditória, ao passo que a decadência foge covardemente da expressão da realidade e mascara a fuga mediante o recurso ao ‘espírito científico objetivo’ ou a ornamentos românticos. Em ambos os casos, é essencialmente acrítica, não vai além da superfície dos fenômenos, permanece na imediatez e toma ao mesmo tempo migalhas contraditórias de pensamento, unidas pelo laço do ecletismo (LUKÁCS, 1981, p. 120).

A sociologia é fruto dessa decadência, se despontando como ciência autônoma para o estudo das leis e do desenvolvimento social apartados da economia, contrarrestando os esforços clássicos na conjugação dos problemas sociais com os econômicos. Já estava claro que, com o despontamento da economia marxista, não mais havia possibilidade de ignorar a luta de classes como elemento atuante no desenvolvimento social caso as relações sociais fossem problematizadas a partir da economia (LUKÁCS, 1981). É por essa compreensão a defesa de Tonet (2013), situando Marx não apenas como um clássico, mas como “[...] instaurador de um padrão radicalmente novo de conhecimento” (TONET, 2013, p. 69). Para romper com a exploração do homem sobre o homem, a classe trabalhadora demanda uma explicação teórica da realidade em que está inserida e atuando. A produção marxiana é, portanto, uma explicação e uma possibilidade de ruptura dessa realidade, tendo como fio condutor uma *teoria geral ontológica do ser social* com embasamento a partir do real e de seus elementos constitutivos, do ser em si, tal como ele é, não de forma aparente e superficialmente apreendido, mas como sujeito ativamente histórico. Nas palavras de Assunção (2013):

A ontologia estatutária inaugurada por Marx, diferentemente da ontologia medieval, não parte nunca de conceitos gerais ou definições preliminares, mas da efetividade e multiplicidade das coisas existentes, as quais analisa e cujas mediações, proposições e especificações da a conhecer segundo as características que lhes são imanentes. Não há, pois, um debate metafísico sobre ‘o ser’, já que, para o filósofo alemão, este é o que é, ou seja, ser é igual à existência (ASSUNÇÃO, 2013, p. 47).

Portanto, a fundamentação do conhecimento está na realidade, se configurando e sendo dependente de uma análise fiel e consistente do objeto estudado. Não existe um conhecimento exterior e inalcançável, ou regado e condicionado por forças sobrenaturais com poderes místicos para conduzir o processo histórico além da atuação objetiva do homem, mas sim a possibilidade concreta de entendimento efetivo do objeto através de sua apreensão ideal; é a própria coisa que possibilita sua captura em sua forma mesma. É no real que se situa a existência efetiva das contradições e das disputas que originam e conduzem as transformações sociais, que são a essência de grandes rupturas da sociedade.

⁴ Lukács (1981, p. 112) indica, ancorado em Marx, que os teóricos, com essa mudança de orientação, “[...] evitam cada vez mais entrar em contato diretamente com a realidade, colocando, ao contrário, no centro de suas considerações, as disputas formais e verbais com as doutrinas precedentes”.

Elementos essenciais do método

Para Marx (1982) os “[...] indivíduos produzindo em sociedade, portanto, a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida” (MARX, 1982, p. 3). Devemos ter em mente que é no ato da produção que os homens estabelecem suas relações sociais: o trabalho é uma atividade social, cooperada, não individual e isolada, como também destaca o autor. O conjunto dessas relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, sobre a qual se elevam as formas de consciência social. Portanto, uma rica compreensão da sociedade burguesa está na dependência da análise estrutural da produção da vida material. Sobre isso, Engels (1981) é esclarecedor:

A concepção materialista da História parte do princípio de que a produção e, com ela, a troca dos produtos constituem o alicerce de todos os sistemas sociais; de que, em todas as sociedades que se conhecem na História, a divisão dos produtos e a articulação da sociedade em classes ou estratos são determinadas pela produção e pelo modo de produção, bem como pelo sistema de trocas (ENGELS, 1981, p. 147).

Isso significa que a sociedade é condicionada pela produção, da forma como se estrutura essa produção e, conseqüentemente, a troca. Essa forma é transitória: da produção, o homem não tem como se abster, sendo primordial para sua sobrevivência; mas a forma como ele socialmente produz, é transitória. Historicamente, não há um modo de produção perpétuo. Entende-se, assim, a posição de Engels (1981) ao afirmar que as causas das alterações sociais e revoluções políticas devem ser buscadas não em fatores subjetivos do homem, mas nas alterações das formas de produção e troca – “[...] é na economia, e não na filosofia, da época em questão que tais causas devem ser detectadas” (ENGELS, 1981, p. 147).

A produção do homem enquanto ser social, e “[...] não só social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade [...]” (MARX, 1982, p. 4), é a *produção em geral*, uma abstração razoável que apresenta traços comuns à produção de todas as épocas, considerando suas determinações essenciais, em que o sujeito (a humanidade) e o objeto (a natureza), são os mesmos. Mas essa *produção em geral*, enquanto totalidade, se particulariza, ela mesma, em *produção geral*, que também deve ser apreendida como totalidade: nos referimos ao modo de produção capitalista, determinado social e historicamente, a forma como os homens se organizam para produzirem e reproduzirem seu modo de vida em determinado tempo histórico, conjugando as relações de produção como relações sociais de produção.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 1984, p. 233).

A totalidade se refere à totalidade do modo de vida social, de sua produção e reprodução, tanto material, quanto espiritual, de suas formas de consciência; a superestrutura mantém estreita vinculação com a base material da sociedade, não sendo explicadas por si mesmas, de forma independente e autônoma. Portanto, a totalidade não é inerte, mas um complexo contraditório constituído de totalidades de menor complexidade que se relacionam entre si e

com a totalidade maior de forma recíproca através das mediações, enquanto conexões de elementos da realidade que constituem essa estrutura da totalidade. Segundo Lukács:

A concepção dialético-materialista da totalidade significa, primeiro, a unidade concreta de contradições que interagem [...]; segundo, a relatividade sistemática de toda a totalidade tanto no sentido ascendente quanto no descendente (o que significa que toda a totalidade é feita de totalidades a ela subordinadas, e também que a totalidade em questão é, ao mesmo tempo, sobredeterminada por totalidades de complexidade superior [...]) e, terceiro, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter de totalidade de toda totalidade é mutável, desintegrável e limitado a um período histórico concreto e determinado (LUKÁCS, 1948, p.12 apud BOTTOMORE, 2013, não paginado).

Mas a questão da determinação material não significa um reducionismo econômico, que se sobrepõe a fatores sociais e culturais da sociedade, mas, tão e somente, que “[...] *a produção e a reprodução da vida apenas em última instância* determinavam a história” (NETTO, 2011, p. 14, grifo do autor). Essa abordagem ontológica de Marx sobre o ser social com bases materialista tem, como pontua Lukács (2012), sua largada nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*, “[...] cuja originalidade inovadora reside, não menos importante, no fato de que, pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como categorias da produção e reprodução da vida humana [...]” (LUKÁCS, 2012, p. 284). Em Marx, o objeto tem supremacia sobre o sujeito (ASSUNÇÃO, 2013; TONET, 2013), mas sem descartar a consciência humana; seu materialismo se eleva a outro patamar. Nas suas palavras: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 1984, p. 233). Essa relação, entre subjetividade e objetividade, se torna possível com a identificação da práxis⁵ enquanto categoria como atividade real, humana, que atua como mediação entre esses dois momentos dos quais se origina toda a realidade social (TONET, 2013).

Na busca pelo entendimento do ser social, Marx parte da categoria trabalho (LUKÁCS, 2012; TONET, 2013), mas do trabalho enquanto categoria ontológica e fundante do ser social e não de sua forma fetichizada e produtora de mercadorias, traço peculiar que adquire na sociedade capitalista quando da “[...] igualação dos trabalhos privados a trabalho humano indiferenciado, que emerge socialmente na forma de valor dos produtos do trabalho” (CHASIN, 2009, p. 242). Para Marx (2016), o trabalho enquanto categoria é a mediação entre o homem e a natureza. Aquele, ao transformar esta para responder às necessidades sempre mais complexas, também se transforma ao desenvolver potencialidades antes adormecidas. Falamos aqui de trabalho essencialmente humano, condição ineliminável para sua existência, não das formas instintivas no mundo natural e sim como atividade teleológica cujo resultado é previamente idealizado pela subjetividade. É pelo trabalho que os homens se distanciam de suas formas mais primitivas, naturais e, paulatinamente, adquirem uma determinação social. Retomando Lukács (2012), o homem não se separa completamente de sua condição de ser natural. Segundo Tonet (2013), não há um corte absoluto, mas quando se concretiza o *salto qualitativo* o momento predominante do desenvolvimento não é mais ditado por leis de caráter natural, mas sim por leis sociais.

⁵ Com a identificação da ideia de práxis humana, Marx redimensiona o materialismo existente, que concebia a realidade como apartada da subjetividade, externa ao homem, e supera o idealismo, que via na realidade da ideia, do espírito, a verdadeira realidade (TONET, 2013, p. 78).

Pode distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, pelo que se queira. Eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, um passo condicionado pela organização corporal. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua vida material mesma (MARX; ENGELS, 1984, p. 187).

A transformação de objetos naturais em valores de uso para sanar necessidades da vida humana é, em si, um ato teleológico. Portanto, o homem se objetiva a partir do trabalho, ao passo que sua progressão em ser social se desenvolve à medida que “[...] a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais” (LUKÁCS, 2012, p. 287). Esse desenvolvimento, esse distanciamento do ser puramente natural, é um processo dialético, não linear, marcado por contradições que tem início com um *salto*, oportunizado pela teleologia do trabalho. “Com o ato do pôr teleológico no trabalho está presente o ser social em si” (LUKÁCS, 2012, p. 287).

Defendendo a importância do ser social como ser objetivo, sensível, que se externaliza na realidade por meio da práxis social, elemento que unifica os conceitos de subjetividade e objetividade, Marx (1982) não parte do indivíduo burguês como o faz os economistas clássicos, que o veem não “[...] como resultado histórico, mas como ponto de partida da História [...]” (MARX, 1982, p. 4). Considera este indivíduo como produto da dissolução das relações sociais feudais de produção e das novas forças de produção que já se desenvolviam. *Imprime caráter histórico ao ser social*. Segundo Tonet (2013), o processo social para Marx é uno e múltiplo, permanente e mutável, mas radicalmente histórico; aspectos não conflitantes, mas entendidos como uma unidade contraditória. Essa descoberta marxiana se fundamenta na constatação, pela análise do trabalho, de que a essência do homem também é histórica, constituída a partir das relações sociais correspondentes a determinado modo de produção que se articulam com manifestações imediatas, mas também históricas. O ser social é um complexo de essência e fenômeno.

Também precisamos ponderar que a “[...] a sociedade burguesa é a organização mais desenvolvida, mais diferenciada da produção” (MARX, 1982, p. 17). Portanto, as categorias que exprimem suas relações, enquanto “[...] formas de modos de ser, determinações de existência [...]” (MARX, 1982, p. 18) e que devem ser consideradas e validadas nos limites desta sociedade, possuem *maturidade histórica*, necessitando serem consideradas a partir da historicidade. As categorias são reais, objetivas e, tanto por esse fato como pelo processo de abstração, são também categorias reflexivas. Assunção (2013) nos esclarece que a historicidade se refere:

[...] a questão da própria etapa de desenvolvimento do objeto a ser estudado – que, em poucas palavras, diz respeito a uma situação histórica particular que possibilita ou dificulta, em maior ou menor medida, sua apreensão. Por conseguinte, o entendimento ou não de uma relação, ser ou coisa está determinada pelo seu grau de maturidade histórica [...]. Pode-se afirmar, portanto, que as (im)possibilidades históricas de compreensão de um dado objeto relaciona-se a seu grau de desenvolvimento, que facilita ou dificulta a tarefa conforme esteja avançado ou seja embrionário (ASSUNÇÃO, 2013, p. 49-50).

Portanto, Marx apreende o percurso histórico e social calcado na realidade objetiva, como resultado de um longo processo de atividade consciente do homem enquanto ser social e histórico. Realidade em que se efetiva a prática social, que é o critério de verdade do pensamento humano: essa verdade é um problema prático, não teórico (ASSUNÇÃO, 2013). É a partir de uma visão ontológica do ser social em sua completude, centrada em uma concepção

materialista da história, que Marx tem a possibilidade de apreender a realidade social posta em toda sua complexidade. Segundo destaca Germer (2008) é com o materialismo histórico que “[...] pela primeira vez na história a análise da sociedade humana foi sujeita aos mesmos critérios científicos gerais das ciências naturais, tendo como critério de verdade [...] a análise da realidade material subjacente a cada um destes momentos” (GERMER, 2008, p. 24).

De acordo com Assunção (2013), Marx parte de fatos, “[...] da objetividade como um dado, quer dizer, da existência por si da efetividade, bem como da possibilidade de esta ser conhecida e reproduzida mentalmente, de haver apreensão ideal das formas determinantes da concretude, de se fazer ciência e alcançar a *verdade* [...]” (ASSUNÇÃO, 2013, p. 47, grifo no original). O primado é do objeto, da coisa em relação ao sujeito. Segundo Tonet (2013), pela visão marxiana a existência da realidade objetiva independe da consciência, tendo prioridade sobre a subjetividade. A realidade pode existir sem um sujeito para apreendê-la por meio da consciência, mas o sujeito não existe sem a realidade objetiva, que o perpassa e é exterior a ele, sendo dela estruturalmente dependente. Mas a captura do real pelo sujeito exige a participação da subjetividade.

De acordo com Tonet (2013), mesmo com o conhecimento sendo sempre aproximativo, nunca absoluto, condição que decorre da dinamicidade da realidade, Marx aponta que a razão humana pode apreender o objeto na sua integralidade. Sendo a realidade social uma síntese entre objetividade e subjetividade e realizada pela prática social, o teórico sustenta a possibilidade de se conhecer não apenas a aparência, mas também a essência das coisas (TONET, 2013)⁶. “Na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la” (LUKÁCS, 2012, p. 294). Os metafísicos, por exemplo, possuíam outra concepção. Isolavam os elementos do conhecimento: o sujeito e o objeto. O problema que se colocava era como relacionar duas realidades exteriores uma à outra, sem interação. Os metafísicos atribuíam ao conhecimento uma fundamentação mística, superior e anterior ao homem; aquele era quase uma ilusão já que o que se poderia apreender do objeto era apenas aquilo que o próprio sujeito projetava sobre ele. Não entendiam o conhecimento em sua dinamicidade⁷. A verdade era pronta e acabada, existindo previamente. Diametralmente oposto, para o materialismo “não existe conhecimento sem objeto a conhecer [...]” (LEFEBVRE, 1995, p. 56). Contrariando a ideia de que o conhecimento é apenas um sonho, o materialismo o considera como existente “[...] fora de nós, diante de nós -, um *mundo exterior*, uma *natureza*, que é conhecida por nossas ciências: física, química, biologia, geologia, etc.” (LEFEBVRE, 1995, p. 56, grifo do autor). Assim, quando Marx (1982) critica o método da Economia Política, que entendia ser correto começar “pelo real e pelo concreto” (MARX, 1982, p. 14), por exemplo, “pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo” (MARX, 1982, p. 14), o que o autor indica é que esse real é o mais imediato, superficial, não considerado em seu feixe de determinações.

⁶ Afirmação, entendemos, parcialmente correta. Se só podemos conhecer aquilo que, por meio da prática, colocamos nossa subjetividade, nos escapa completamente a essência de objetos cuja existência independe completamente de nós, seres humanos? Pensemos, por exemplo, no caso dos objetos tratados pela astronomia. A essência é apreensível além da realidade social, portanto, para além da prática do homem.

⁷ De acordo com as características do conhecimento, por Lefebvre (1995): a) todo conhecimento é prático; b) o conhecimento humano é social: “Estabelecendo com ele [outros homens] relações cada vez mais ricas e mais complexas, desenvolvemos nossa vida individual; conhecemos eles quanto nós mesmos”; c) o conhecimento possuiu caráter histórico: “Todo conhecimento foi adquirido e conquistado” (LEFEBVRE, 1995, p. 49-50).

As formas fenomênicas – que são, também elas, partes integrantes das coisas – não são autoexplicativas, exigem uma decifração em que são explicadas e suas contradições são esclarecidas. Neste mister, em vez de instituir um método *a priori* ou arranjos mentais subjetivos que supostamente facilitem o caminho do conhecimento, Marx toma a via mais difícil – mas única que leva ao destino visado – do debruçar-se sobre a própria coisa, na busca de identificar suas características e sua diferença essencial (ASSUNÇÃO, 2013, p. 53).

Portanto, as formas mais imediatas também são apreendidas pelo pesquisador. Mas elas em si não revelam todas as complexas mediações e contradições que integram o objeto em sua totalidade, de como essa totalidade interage com outras totalidades e com a totalidade maior, mais complexa, de forma incessantemente dinâmica. Não podemos descartar o que se mostra mais evidente no nível da realidade, mas faz-se imprescindível a sua superação para a busca das raízes do objeto. Assim, Marx não elabora um método definitivo, capaz de ser aplicado de forma indistinta, mas reconhece que é o objeto, em suas particularidades, que determina o caminho necessário para sua compreensão ontológica, de como ele é em si⁸.

Na busca pela essência é preciso destrinchar o objeto em todas as partes que o compõe. No estudo do ser social, dada a sua especificidade, não servem os instrumentos das ciências naturais. Segundo Tonet (2013) e Assunção (2013), o instrumento adequado para a análise ontológica do ser social em Marx é a *abstração*. De acordo com Netto (2011, p. 44): “A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável”. Ou seja, é um *processo cognitivo* capaz de destacar um elemento da realidade e através do qual é possível seu estudo aprofundado, considerando sua inserção numa totalidade e suas conexões com os demais elementos da realidade e com a própria realidade. Percebemos, por esse prisma, a crítica de Marx à dialética de Hegel no Prefácio à 2ª Edição de O Capital, escrito em 1873; se o real não fosse mais do que a manifestação externa da ideia, o processo de abstração seria impossível. O que seria extraído para o pensamento, a fim de ser examinado, não seria mais do que uma concreção do próprio pensamento, enquanto que para Marx (2016, p. 28) o “[...] ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado”.

Conforme Chasin (2009, p. 221, grifo do autor), “[...] o *método* marxiano, tomado por seus momentos estruturais, pode ser reconhecido e enunciado como o modo de produção de concretos de pensamentos a partir da destilação prévia de abstrações razoáveis”. Já mencionamos que as abstrações razoáveis são características gerais, “[...] comuns, certas determinações comuns” (MARX, 1982, p. 4). O primeiro momento é a abstração da imediatez, do superficial, do que está mais aparente no real. Aqui, o objeto precede o conhecimento, já que ele é apreendido não em sua complexidade, mas em uma primeira aproximação do pensamento.

Procedimento no qual a decantação preliminar é, por assim dizer, errante, um trabalho de sapa em que a *força da abstração* confronta de saída e sem qualquer ponto de arrimo a imediatez do todo sensível do objeto, uma aproximação cognitiva, pois,

⁸ Mas isso está longe de significar que exista uma multiplicidade de métodos para Marx, dada a infinidade de objetos passíveis de análise. O conhecimento é acumulativo. Portanto, nenhum objeto é absolutamente desconhecido. “[...] o caminho que nos leva do desconhecido ao conhecido não é absolutamente desprovido de qualquer indicação” (TONET, 2013, p. 113).

que se defronta com a face lisa, desprovida da textura das mediações que faz do objeto ou de conexões únicas de objetos singulares efetivas, mas que está oculta na *totalidade muda* com que os mesmos se apresentam na abstratividade própria e incontornável à relação imediata do sujeito com o concreto indecifrado. É o momento do trânsito entre a afirmação e a dissolução da certeza sensível e imediata (CHASIN, 2009 p. 221, grifo do autor).

Este é o método da Economia Política, que ao estudar um país desse ponto de vista inicia com a população até atingir determinações mais simples, mais tênues. Aqui, não há ruptura com a captura do imediato; permanece-se nele como a própria explicação basilar do real, mas uma explicação que em si mesma não representa, de fato, esta rica e contraditória totalidade. Cumprido esse momento, “[...] teríamos que fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 1982, p. 14). Segundo Chasin (2009), esse é o processo constituído em dois tempos não apenas enunciado, mas confirmado e reiterado por Marx.

O último método é manifestadamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade no diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução de concreto por meio do pensamento (MARX, 1982, p. 14).

É no segundo momento da abstração que o objeto é saturado e apreendido em seus elementos constituintes e em sua contradição; na viagem de volta opera-se a reconstituição do todo, em que o todo é a junção dos complexos. O estudo do objeto leva em conta sua relação com outras determinações e categorias. O real capturado aparece no pensamento como resultado desse movimento de análise, não sendo resultado do puro pensamento. *A totalidade de pensamentos não espelha nada além do que configura a totalidade real*. Como nos informa Assunção (2013), são as categorias, devendo ser entendidas não como construção ideal, mas sim como “[...] propriedades ou atributos inerentes ao próprio ser [...], as formas de ser efetivas capturadas pelo pensamento” (ASSUNÇÃO, 2013, p. 51). O método da Economia Política não realiza essa “viagem de modo inverso” (MARX, 1982, p. 14), não ultrapassando, portanto, os limites mais superficiais da realidade, não compreendendo sua essência e não sendo fiel ao movimento e aos condicionantes da contraditória estrutura da sociedade capitalista.

Assim, o que fica apreendido é o real enquanto concreto pensado, que não é a gênese do concreto em si (MARX, 1982). Por meio do processo de abstração o que é tomado não é nada que não possua existência efetiva, mas sim a reprodução cognitiva da realidade; *a totalidade ideal reflete a totalidade concreta*. A abstração é o caminho possível para o estudo do ser social: “O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível” (MARX, 1982, p. 15). É a forma correta para se atingir o concreto pensado, tendo como fonte o concreto real.

Conclusão

Reforçamos a complexidade do método apresentado e os poucos escritos legítimos deixados por Marx para sua compreensão. Contudo, podemos indicar sua grande relevância para os

estudos sociais: é por esta abordagem que a realidade, em todos os seus componentes e relações, é passível de ser apreendida e problematizada tendo a verdade como compromisso, centrando-se na história e na capacidade do homem de alcançar o conhecimento do mundo em que vive. Conhecimento, vale pontuar, liberto das amarras puramente ideais e místicas, em que o ser social é entendido em sua ontologia e centralizado no processo histórico.

Talvez uma das maiores contribuições do método marxiano seja, em decorrência da forma mesma com que se torna possível desvelar a realidade, instigar a possibilidade de sua transformação; foi o método que garantiu a Marx teorizar sobre o modo de produção capitalista, descortinando seus mecanismos de exploração e alienação, típicos da sociedade burguesa, e fundamentar a luta de classes como o motor da história humana e a luta do proletariado como condição revolucionária para uma nova sociabilidade. Essa dinâmica e conflituosa realidade social foi o chão que possibilitou Marx edificar sua teoria. Não foi algo idealizado que se projetou como fato, mas sim o espelho dessa materialidade e a elaboração de respostas às condições objetivas.

Com isso, queremos enfatizar o equívoco metodológico de, *a priori*, traçar ou mesmo impor caminhos e processos analíticos de forma independente do objeto, desconsiderando a realidade objetiva em que está inserido e o apreendendo sem considerar as conexões e determinações que o condicionam: o processo de abstração não é um recorte unilateral e isolado do objeto, como se sua existência fosse autônoma ou acidental, ou mesmo uma simples projeção do pensamento humano.

É por essa via analítica que Marx pode nos legar a compreensão dos mecanismos da sociedade capitalista, dos reais fatores para suas contradições. Não há prescrições, fórmulas e receitas de aplicabilidade para o método. Não é um guia de como se conhecer o objeto, mas é uma apropriação que possibilita a sua compreensão crítica. Um processo demorado e exaustivo, que requereu longos anos de persistência. Mas como diria o próprio, “Todo começo é difícil em qualquer ciência” (MARX, 2016, p. 115).

Referências

- ASSUNÇÃO, V. N. F. A teoria das abstrações de Marx: o método científico exato para o estudo do ser social. **Verinotio** – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, ano 9, n. 18, p. 46-61, out. 2013. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/183/173> . Acesso em: 10/09/2019.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário de pensamento marxista**. Edição digital, abril 2013. ISBN: 978-85-378-0611-1. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf . Acesso em: 15/10/2019.
- CASTILHO, Fausto. Nota de tradutor. *In*: O MÉTODO da economia política. Karl Marx. **Rev. Crítica Marxista**, Campinas/SP: IFCH Unicamp, n. 30, p. 103-125, 2010.
- CHASIN, J. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

ENGELS, F. O socialismo científico. *In*: NETTO, J. P. (Org.). **Engels**: Política. São Paulo: Ática, 1981. p. 147-163.

GERMER, Claus. O Capital de Marx como expressão de um método inovador. **Revista de Economia**, Curitiba: Editora UFPR, v. 34, n° especial, p. 21-34, 2008.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LUKÁCS, G. Para uma crítica marxista da sociologia. *In*: NETTO, J. P. (org.). **Lukács**: sociologia. São Paulo: Ática, 1981, p. 109-172.

LUKÁCS, G. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. *In*: LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. Introdução [à Crítica da Economia Política]. *In*: MARX, K. **Introdução à Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 3-21.

MARX, K. Teoria e processo histórico da revolução social (prefácio à Contribuição à crítica da Economia Política). *In*: FERNANDES, Florestan (Org.). **K. Marx, F. Engels**: história. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984. p. 232-235.

MARX, K. O Capital. Crítica da economia política. Livro Primeiro: **O Processo de Produção do Capital**. 31. ed. v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. A história dos homens (A ideologia Alemã). *In*: FERNANDES, Florestan (Org.). **K. Marx, F. Engels**: história. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984. p. 182-214.

MORAES, J. Q. Apresentação. *In*: O método da economia política. Karl Marx. **Rev. Crítica Marxista**, Campinas/SP: IFCH Unicamp, n. 30, p. 103-125, 2010.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANT'ANA, R. S.; SILVA, J. F. S. O método na teoria social de Marx: e o Serviço Social? **RTemporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 13, n. 25, p. 181-203, jan./jun. 2013.

TONET, I. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Silvio Redon Trabalhou na concepção, redação e revisão crítica do artigo e aprovação da versão a ser publicada. Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina. Aluno do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina - Mestrado em Serviço Social e Política Social.

Eliane Christine Santos de Campos Trabalhou na redação e revisão crítica do artigo e aprovação da versão a ser publicada.

Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (1990). Mestrado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (2004). Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). Professor titular da Universidade Estadual de Londrina.
